

# Ministério avalia lista de 55 ameaçados

**Documento com o nome das vítimas foi enviado pelo Fórum Reage Espírito Santo**

LUCIANA LIMA

O ministro da Justiça recebeu ontem uma lista com 55 nomes de pessoas que estão sofrendo ameaças no Estado. A lista foi enviada pelo Fórum Reage Espírito Santo. No documento estão incluídos os nomes das 14 pessoas já citadas no relatório elaborado pela Organização Não-Governamental Justiça Global e de outras pessoas que procuraram as entidades que compõem o fórum revelando que sofrem ameaças no Estado.

Advogados, juízes, desembargadores, parlamentares, promotores, jornalistas, presidiários e membros da sociedade civil que denunciaram crimes no Estado fazem parte dessas vítimas do crime organizado. A lista foi uma das reivindicações das entidades na reunião com o ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, na última sexta-feira, e tornou-se um dos pontos da missão especial que irá atuar no Espírito Santo.

Segundo o presidente do Conselho de Direitos Humanos no Espírito Santo, Isaías Santana, caberá ao Ministério da Justiça avaliar quem poderá ser incluído no Programa de Proteção à Testemunhas do Governo federal.

## Crimes

O Fórum Reage Espírito Santo quer que, no Espírito Santo, a Polícia Federal também atue em crimes que são da competência do Estado principalmente nos casos de homicídios.

As entidades que integram o fórum esperam se reunir, ainda esta semana, com o chefe de Gabinete da Secretaria Nacio-

“Existe um apelo da Associação de Mães e Familiares de vítimas da Violência no Espírito Santo para que também sejam investigados pela Polícia Federal os homicídios ocorridos no Estado. Vamos ainda verificar a possibilidade de se editar uma Medida Provisória, modificando a legislação para as investigações dos casos de morte no Estado estejam a cargo da Polícia Federal”, disse Santana.

## Inquéritos

Segundo dados das entidades de Direitos Humanos, ao todo são cerca de 26 mil inquéritos de mortes sem investigação em todas as delegacias do Estado. “A Polícia Federal poderia atuar na fase de inquérito e entregaria os processos para a Justiça Estadual”, informou Santana.

Segundo o ativista, o fórum quer saber ainda como irão ser conduzidos os trabalhos da missão especial que tem o objetivo de investigar o crime organizado no Espírito Santo. “Nós pretendemos formar uma subcomissão para fazer uma interface com a comissão nacional”, disse.

## PROTEÇÃO

### Programa separa dos familiares

As pessoas inseridas no Programa de Proteção às Testemunhas (Provita) perdem o contato direto com seus familiares, com quem elas só podem se comunicar somente através dos gerenciadores do programa. Ela são transferidas de Estado, mudam de identidade e recebem uma quantia mensal do Governo para sua sobrevivência. O programa é financiado pelo Governo federal e pelos Estados, mas ultimamente só sobrevive com verba federal. Uma regra fundamental é nunca voltar ao local de origem.



Helô Sant'Ana

## Comparação

Matos disse que o Espírito Santo virou referência nacional na luta contra a impunidade e comparou a situação do Estado ao que ocorreu antes da atuação federal no Acre

# ONG levanta o perfil das vítimas

O coordenador-geral da Organização Não-Governamental (ONG) Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), Fernando Matos, esteve ontem em Vitória e fez um levantamento do perfil das pessoas que estão sob ameaça de morte. O relatório será encaminhado ao Programa de Proteção à Testemunha do Ministério da Justiça.

Matos chegou a comparar a situação do Espírito Santo à

atuação do Acre e do Espírito Santo é semelhante no nível de interferência do crime organizado”, avaliou.

Em Vitória desde a noite da última segunda-feira, Matos passou todo o dia de ontem na Capital e se reuniu com membros do Fórum Reage Espírito Santo.

## Vagas

“Constatamos que há necessidade de toda uma rede nacional estar disponível pa-

mos no Programa”, explicou.

Apesar da extensa lista de pessoas que estão ameaçadas de morte no Estado, o coordenador da ONG disse que nenhuma delas requereu, formalmente, proteção ao Ministério da Justiça. Se for necessário, ele disse que as pessoas ameaçadas no Estado poderão ter ajuda de entidades e órgãos de outros Estados.

## Atuação

“Os casos onde não for

O ingresso no Programa de Proteção à Testemunha é voluntário, mas as normas são consideradas muito rígidas. A pessoa que está sob proteção tem que praticamente mudar de vida. “Ela passa a ter uma outra realidade social. Há controle até na comunicação. Trata-se de uma espécie de isolamento. A pessoa passa a ter uma nova vida, em um novo local”, explicou, acrescentando que há casos de autoridades que não se enquadram no pro-

em atue em crimes que são da competência do Estado principalmente nos casos de homicídios.

As entidades que integram o fórum esperam se reunir, ainda esta semana, com o chefe de Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Hugo Vello, para que sejam estudados meios para que essa medida seja tomada no Estado.

A reunião ainda não tem data marcada, mas deve ocorrer amanhã ou sexta-feira.

mensal do Governo para sua sobrevivência. O programa é financiado pelo Governo federal e pelos Estados, mas ultimamente só sobrevive com verba federal. Uma regra fundamental é nunca voltar ao local de origem. Caso qualquer regra seja quebrada pelo protegido pelo programa ele sai do Provita, e perde a proteção. No ano passado, originárias do Espírito Santo, havia 25 pessoas inseridas no programa.

vantagem do perfil das pessoas que estão sob ameaça de morte. O relatório será encaminhado ao Programa de Proteção à Testemunha do Ministério da Justiça.

Matos chegou a comparar a situação do Espírito Santo à do Acre. "O Espírito Santo virou referência nacional na luta contra a impunidade. Nós já podemos colaborar no Acre e, agora, utilizaremos nossa experiência aqui. A si-

tem na Capital e se reuniu com membros do Fórum Reage Espírito Santo.

### Vagas

"Constatamos que há necessidade de toda uma rede nacional estar disponível para o caso deste Estado. Há pessoas que se encaixam no Programa de Proteção à Testemunha e outras não. Vim ao Estado para discutir quantidade de vagas de que dispo-

tério da Justiça. Se for necessário, ele disse que as pessoas ameaçadas no Estado poderão ter ajuda de entidades e órgãos de outros Estados.

### Atuação

"Os casos onde não for possível de fazer a proteção no Espírito Santo, encaminharemos para outros Estados. Nós atuamos em 15 unidades da federação", assinou o coordenador.

outra realidade social. Há controle até na comunicação. Trata-se de uma espécie de isolamento. A pessoa passa a ter uma nova vida, em um novo local", explicou, acrescentando que há casos de autoridades que não se enquadram no programa justamente por conta da função que desempenham.

De acordo com Fernando Matos, A ONG Gajop é conveniada ao Ministério da Justiça desde 1998.



ABR

### Expectativa

Paulo de Tarso afirmou que não se deve esperar 'um resultado em tempo real'

## Ministro confirma início da missão

**Brasília** - O ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, disse ontem que o grupo especial já começou a atuar no Espírito Santo, mas que não se deve cobrar um resultado "em tempo real".

"Não há Justiça em tempo real. A Justiça tem os seus procedimentos", afirmou o ministro.

O grupo especial foi criado na semana passada para combater o crime organizado no estado, depois que a intervenção federal foi arquivada pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

### Acordo

Ontem à tarde, no auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, Paulo de Tarso assinou um termo de coopera-

ção entre o Ministério da Justiça, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e o Ministério do Esporte e Turismo.

O acordo tornará viável a aplicação de recursos fiscais oriundos de 1% do Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas para ações sociais de prevenção da violência urbana em áreas da periferia de grandes metrópoles, onde residem adolescentes e jovens em situação de risco social.

Serão priorizadas as áreas de atuação do Plano de Prevenção da Violência Urbana (Piaps), coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

## Universitários fazem protesto na sexta

Os alunos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), inconformados com o engavetamento do pedido de intervenção, realizam nesta sexta-feira, às 14h, um protesto em frente à Assembléia Legislativa, na Enseada do Suá, em Vitória. Durante a manifestação, serão feitas encenações representando o arquivamento do processo.

O objetivo do protesto é chamar a atenção da sociedade para o momento político do Estado. "Queremos que a sociedade entenda o que está acontecendo. As pessoas precisam saber o que é intervenção e porque o pedido foi engavetado", relatou o diretor do Centro Acadêmico do curso de Serviço Social, Luciano Silva de Azevedo.

O coordenador do Centro Acadêmico de Direito, Roberto Martins, acrescentou dizendo as ameaças de morte feitas a advogados, juizes e promotores também está impulsionando os universitários a se mobilizarem. "Os alunos decidiram que precisam tomar alguma providência para combater o domínio do crime. Muitos estão amedrontados, mas, mesmo com medo, eles querem agir contra essa situação. Os alunos se solidarizam com os juizes, promotores e advogados ameaçados. É hora dos estudantes irem para as ruas, agitar a sociedade", enfatizou o diretor acadêmico.

### Carreira

Porém, ele destacou que o medo não será motivo para desistirem da carreira. "Há um sentimento de receio em relação ao mercado. Mas os alunos não vão se abater", disse.

A previsão é de que cerca de 500 alunos participem da manifestação. Os universitários vão sair do Restaurante Universitário, às 12h. Em seguida, eles se concentrarão em frente ao monumento dos Imigrantes Italianos, na Enseada do Suá. Logo após irão para a Assembléia Legislativa.

No ato, alguns alunos participarão de um teatro. "Um estudante encapuzado, vestindo paletó e gravata, que representará o procurador-geral da República Geraldo Brindeiro, vai tentar colocar um maço de papéis em uma gaveta. Nesse momento, outros universitários vão impedi-lo, tirar o documento da gaveta e 'engavetar o Brindeiro'", contou Martins.

### INTERVENÇÃO

#### Reunião discute o arquivamento

Os universitários vão se reunir hoje, na Ufes, para discutir o arquivamento do pedido de intervenção. "Durante o encontro, cientistas políticos, representantes da sociedade civil organizada e professores vão explicar por que se fala tanto em intervenção", disse o diretor do Centro Acadêmico do curso de Serviço Social, Luciano Silva de Azevedo. A palestra será aberta ao público e terá a participação do presidente do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, Isaías Santana.

## César Maia diz que crime foi exportado

**Rio** - O prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (PFL) declarou ontem que acredita que "o crime organizado desenvolveu sua "tecnologia" de varejo no Rio, foi exportado para o Espírito Santo, depois para São Paulo e agora para Minas." Ele propôs um pacote antiviolença comum que inclui a criação de uma força-tarefa de combate ao crime organizado no Sudeste.

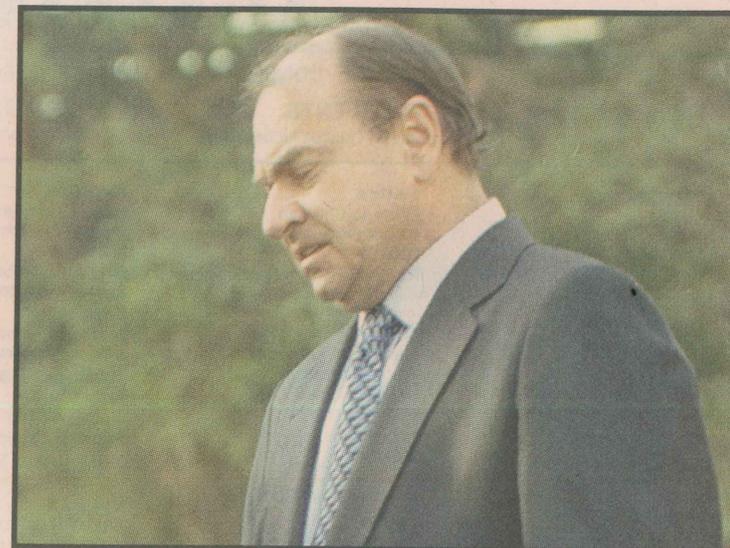
Um documento com as propostas do prefeito foi encaminhado na semana passada a autoridades federais ligadas à segurança e a parlamentares, para que suas idéias sejam discutidas.

O prefeito disse ainda, em e-mail enviado à reportagem, que "hoje há fluxos interativos entre as gangues no espaço do Sudeste". Cesar Maia cita como exemplo a ligação entre as facções criminosas Comando Vermelho, do Rio, e o Primeiro

Comando da Capital, em São Paulo, suspeitos de orquestrar ações conjuntas (como o ataque à sede da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, em maio deste ano).

Do documento entregue em Brasília pelo advogado Marcelo Cerqueira (candidato a vice-governador do Rio na chapa da pefelista Solange Amaral) constam propostas como acesso aos cadastros e arquivos de identificação dos Estados, operações conjuntas entre as polícias, e ações unificadas de inteligência.

César Maia disse que tomou a iniciativa por causa da "ponte aérea e rodoviária do crime entre Rio e São Paulo, que já dá seus primeiros e claros sinais em direção a Minas." Ele defende que, se os governos do Sudeste não atuarem em conjunto, o crime não será combatido com eficácia. (AE)



AE

### Avanço

O prefeito do Rio acha que o crime organizado foi exportado para o ES, SP e MG